



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19

20 **3ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de**  
21 **Controle Ambiental, CTCA.**

22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41

Brasília/DF.  
11 de Dezembro de 2015.

*(Transcrição ipsis verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

42 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Bom  
43 dia. Bom, queria agradecer a presença de todos, é final de ano, estamos no  
44 momento próximo das festas natalinas e vai começar uma colocação para um  
45 assunto extremamente sério e importante, que afeta e interessa a todos nós, e nós  
46 vamos estabelecer um rito um pouco diferente das reuniões anteriores. Tendo em  
47 vista que esse tema é um tema que agrega, interessa e certamente vai mobilizar  
48 muitas partes interessadas nós vamos ter que ter uma certa regra de convivência  
49 que eu gostaria de acertar durante a manhã de hoje. Um breve registro inicial, nós  
50 tivemos a oportunidade de ser um dos signatários da 237, quando estava na  
51 Secretaria-Executiva do Conama nós trabalhamos esse assunto durante dois  
52 anos, e lembro muito bem que o Sheller, que era da CNI nos ajudou bastante.  
53 Então, é um assunto delicado, é um assunto que nós conseguimos à época um  
54 grande acordo de um tempo razoável, que talvez nós não tenhamos agora nesse  
55 processo de abertura e discussão desse tema da revisão da 237 e da 001 do  
56 Conama. Então, primeiro eu gostaria de pedir que todos se apresentassem, nós  
57 vamos ter que dar uma organizada na Comissão de modo que os titulares ou  
58 suplentes estejam presentes, e estejam na bancada, já que tem muita gente nos  
59 ajudando aí, assistindo na questão da reunião e depois a ideia era um pouco  
60 trabalhar essa questão da regra de convivência, de como nós vamos tratar esse  
61 conteúdo muito mais do que ver o conteúdo de como nós vamos tratar isso  
62 doravante com prazos, tempos e pessoas determinadas a conduzir esse assunto.  
63 Então, me apresento novamente, sou Raimundo Deusdará, sou presidente da  
64 Câmara Técnica de Controle Ambiente do Conama.

65

66

67 **A SR<sup>a</sup>. LÍVIA MARQUES BORGES (DConama)** – Lívia Borges, analista ambiental  
68 do DConama.

69

70

71 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama)** – João Henrique, analista  
72 ambiental, dando apoio à reunião, sou do DConama.

73

74

75 **A SR<sup>a</sup>. DIONE MACEDO (MME)** – Dione Macedo, Ministério de Minas e Energia.

76

77

78 **O SR. JOÃO RICARDO GUIMARÃES CAETANO (Anamma Sudeste)** – João  
79 Ricardo, representando a Anamma.

80

81

82 **A SR<sup>a</sup>. ELIZA ROMANO DEZOLT (CNI)** – Eliza Romano, da CNI, Confederação  
83 Nacional da Indústria.

84

85

86 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Patrícia Boson,  
87 Confederação Nacional do Transporte, CNT.

88

89

90 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas)** – Fidelis Paixão,  
91 representante da ONGs da Amazônia, Estado do Pará.

92

93

94 **O SR. TADÊU SANTOS (Entidades Ambientalistas Da Região Sul - Ong**  
95 **Sócios Da Natureza)** – Tadêu Santos, Sócios da Natureza, pela Região Sul.

96

97

98 **O SR. ANDFRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema/RJ)** – André França,  
99 Abema Rio de Janeiro.

100

101

102 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA)** – Eugênio Spengler, Abema Bahia.

103

104

105 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Adriana  
106 Mandarino, Gerente do DConama.

107

108

109 **MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Marília Marreco Cerqueira, chefe de  
110 gabinete da Ministra.

111

112

113 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Por  
114 causa do ar-condicionado. Bom, Eugênio, quer fazer a síntese da proposta?  
115 Depois abrimos a palavra, um pouquinho sobre o conteúdo e aí eu peço a  
116 compreensão e vocês para voltarmos à questão de estrutura e da regra de  
117 convivência como vamos levar esse adiante.

118

119

120 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA)** – Bom, primeiro bom dia a todos e a  
121 todas. Obrigado Deusdará. Eu gostaria de antes de entrar pontuando alguns itens  
122 do conteúdo da proposta que Abema apresentou ao Conama, ao Ministério do  
123 Meio Ambiente, e que agora é objeto de discussão dentro do Conama, dizer que  
124 esse debate não é um debate que surgiu agora, ele é um debate que vem sendo  
125 feito por todos nós há pelo menos 3 ou 4 anos. E inclusive o próprio Conama já  
126 realizou o Seminário Nacional discutindo a questão da revisão da 01 e da 237, e o  
127 fortalecimento do licenciamento ambiental no Brasil. Então, é importante registrar  
128 porque a proposta que hora está sendo apresentada ela não, ela é uma proposta  
129 que nasce basicamente do anseio de vários segmentos da sociedade que  
130 discutem a questão do licenciamento ambiental, ou porque são demandantes de  
131 licenciamento ambiental, o setor empresarial, ou porque são grupos de pessoas  
132 diretamente envolvidas e afetadas pelas atividades econômicas e que, portanto,  
133 também têm interesse direto no processo de licenciamento ambiental. E também

134obviamente os órgãos públicos responsáveis pela questão ambiental, e de modo  
135especial os órgão responsáveis pelo licenciamento ambiental no Brasil. Eu arrisco  
136dizer que nesse tema talvez tenha um único consenso no momento, viu  
137Deusdará? É que ninguém está satisfeito, ninguém está satisfeito com o  
138licenciamento ambiental, se as soluções para isso são consensadas, eu concordo  
139que não, mas ninguém, nenhum setor da sociedade que nós conversamos está  
140satisfeito como está acontecendo o licenciamento hoje. Alguns acham que ele é  
141muito frouxo, outros acham que o conteúdo não é adequado, outros acham que  
142tem que ter mais tempo, já por outro lado tem gente que acha que é exagerado,  
143mas enfim, tem uma série de opiniões e que tem um consenso geral de que  
144realmente há necessidade de um aperfeiçoamento no licenciamento ambiental  
145brasileiro, e sem deixar de considerar que ele é sim um dos principais  
146instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e ele é também dos  
147instrumentos da política o que mais efetividade nós conseguimos dar. Até porque  
148tem interesse de todos os lados que ele aconteça, que ele exista, portanto, houve  
149sempre, e nós inclusive gestores, eu sei porque há 5 anos quase, 6 anos à frente  
150da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, nós vimos sendo  
151questionados, mas a gestão disso, a gestão daquilo, só que você não conseguir  
152colocar diretamente para os seus governos e para os tomadores de decisão que  
153estão acima de você a questão do licenciamento como estratégico, todos os  
154outros assuntos acabam sendo secundarizados ou não atendidos. Por que?  
155Porque realmente é onde foca-se a grande preocupação hoje da questão  
156ambiental, se está correto isso ou não é uma outra conversa, nós entendemos que  
157devemos aperfeiçoar e avançar para também fortalecimento dos instrumentos de  
158planejamento territorial, para os instrumentos de qualidade com a padronização de  
159dados de qualidade em relação a ar, a solo, à água, enfim, a todas as questão que  
160estão postas aí e que isso é fundamental para a tomada de decisão e boa tomada  
161de decisão na hora da aplicação do licenciamento, mas, contudo, é um  
162instrumento que de fato desperta mais atenção do Presidente ou da Presidenta da  
163República ao Vereador, se falar na estrutura pública, de representação pública, do  
164empresário ao membro da Sociedade Civil, seja uma ONG, seja um povo de  
165comunidade tradicional, é o que de fato é demandado por todo mundo mesmo que  
166tenha as demandas dos outros setores e que são tão importantes, em alguns  
167casos mais que o próprio licenciamento ambiental. Então, essa é uma situação, a  
168própria Abema vem pelo menos há 3 anos com uma discussão bastante  
169sistemática e organizada sobre o licenciamento ambiental. No ano de 2013 nós  
170tivemos um seminário no meio do ano com a participação de entidades da  
171Sociedade Civil ambientalistas, com o setor empresarial, de vários segmentos,  
172com o Ministério do Meio Ambiente, com a Anamma presente, e depois de lá para  
173cá nós vimos aperfeiçoando esse trabalho, a CNI já fez um seminário, uma  
174consulta nacional, já apresentou um relatório, já apresentou proposta, já tem  
175discutido isso permanentemente. A CNA tem feito discussões a respeito do tema.  
176As ONGs têm discutido o tema também de forma bastante sistemática e  
177organizada, e nós não podemos desconsiderar que o próprio Congresso Nacional  
178está muito atento a este tema e está discutindo, só que nós temos, a Abema tem  
179uma posição de que o espaço que nós devemos privilegiar, não que o Congresso

180 não tenha legitimidade, não estou dizendo isso, fazendo a observação logo de  
181 cara, mas o espaço que devemos privilegiar para esse debate é o espaço do  
182 Conama, também como uma oportunidade de fortalecer o próprio Conama. Tirar  
183 isso do Conama significaria um outro baque em relação ao esvaziamento do  
184 próprio Conama, mesmo que nós entendamos que é possível que se necessite lá  
185 para frente, depois, alguma norma legal ou alguma lei como um grande guarda-  
186 chuva aí, mas têm algumas questões que têm que ficar no âmbito do Conama.  
187 Então, de uma forma geral esse é um aspecto. E nós não podemos esquecer que  
188 essa discussão também da revisão da 01 e da 237 ela vem depois, ela está  
189 acontecendo depois da aprovação da Lei Complementar 140 aonde nós temos  
190 também um Município como um ente federado, responsável originariamente pelo  
191 licenciamento ambiental de atividades de impacto local, e que, portanto, nós  
192 precisamos ter isso claro na discussão de licenciamento também, e não adianta  
193 nós esperarmos porque nós vamos ter que voltar as nossas baterias para  
194 políticas de fortalecimento dos órgãos estaduais, dos órgãos municipais, dos  
195 próprios órgãos federais com capacitação, com desenvolvimento de sistemas,  
196 com padronização de procedimentos, com padronização de uma série de  
197 questões porque senão ninguém aguenta, nem nós e muito menos o usuário.  
198 Então, essa é uma questão importante. Na apresentação que nós fizemos, e aí, na  
199 verdade, pela regra, pelo estatuto do Conama não pode ser Abema, a Abema não  
200 é membro do Conama, acabei eu representando como Presidente da Abema, e  
201 membro do Conama oficiando a proposta ao Conama, então, quem assina a  
202 proposta é o Conselheiro Eugênio, mas na prática quem fez a proposta foi a  
203 Abema e eu gostaria de dizer para vocês que tirando alguns detalhes, está a Sílvia  
204 aqui de São Paulo, que veio participando, o colega André, do Rio de Janeiro, que  
205 é membro titular da Câmara, que surpreendentemente nós tivemos um nível de  
206 acordo no Encontro Nacional da Abema que foi extremamente, assim, como é que  
207 nós conseguimos isso. Nós definimos uma estratégia de 5 reuniões regionais  
208 entre os Estados, por região geopolítica do Brasil, inclusive o Ministério do Meio  
209 Ambiente mandou representantes para acompanhar esse processo em todas elas,  
210 não lembro se foram todas, mas enfim, se não foram todas as 5, a maioria, nós  
211 optamos naquele momento em fechar só para os membros da Abema, dos  
212 Estados porque nós precisávamos fazer, nós precisávamos entender o que vinha  
213 de demanda de cada uma das 27 unidades da federação, os 26 Estados e o  
214 Distrito Federal, sequer nós convidamos a Anamma nesse processo. Então, foi  
215 uma decisão que na minha opinião foi acertada também porque nós precisávamos  
216 ter uma síntese nossa, haja visto que muitos Estados operam e desenvolvem  
217 coisas diferentemente de outros. Então, esse é um outro aspecto. Outra questão  
218 importante é que o texto que está aqui apresentado não tem muita coisa nova não,  
219 se vocês observaram com cuidado já existem essas práticas que estão postas aqui,  
220 não é em todos, mas um Estado faz de uma forma, o outro Estado faz de outra, o  
221 Município faz aqui, então, na verdade, ele também é esse interesse para nós  
222 conseguirmos entender. O licenciamento que chamamos aqui de licença única,  
223 licença simplificada já tem, a licença corretiva é o que o Ibama faz com o  
224 empreendimento já instalado com LO, ele dá uma LO, ele concede uma LO,  
225 outros Estados dão LO, outros têm licença de regularização, outras tem corretiva.

226Então, na verdade, ninguém está inventando inventando no texto não, é pegar  
227um pouco da experiência e do acúmulo e tentar dar uma redação única para criar  
228uma condição única e que todo mundo consegue se enxergar no Brasil que é  
229extremamente diverso e que nós todos entendemos isso. Então, há algumas  
230divergências pequenas, se a definição do que é e classificação é feita pelo  
231Conselho de Meio Ambiente, por um Decreto, pelo ente federativo e tal, algumas  
232coisas assim, mas não é esse no mérito, do conteúdo em si, não é há grandes  
233divergências não. Também não temos a pretensão de esgotar, e nunca tivemos a  
234pretensão de esgotar o tema, o que a Abema fez foi tentar sistematizar um debate  
235que vinha acontecendo há 4 anos, podemos dizer isso, e até antes, mas de forma  
236mais intensa há 4 anos. Eu lembro, Deusdará, desde o início de 2011 nessa  
237Câmara Técnica quando vinha a proposta de Resolução dizia: tem que mudar a  
23801, tem que mudar a 237, a Patrícia, nós insistíamos muito nessa tese, os setores  
239se organizaram para discutir. Então, nós temos a situação. O que eu quero  
240registrar aqui é que a Abema não teve, não tem e nunca terá a pretensão de  
241esgotar o assunto, o que nós apresentamos foi uma síntese do que entendemos  
242desse debate naquele momento em julho, ela foi fechada em julho, no Encontro  
243Nacional da Abema, e era a síntese daquilo como uma contribuição ao Conama  
244para um debate mais sistematizado porque é muito mais fácil fazer o debate  
245quando você tem um texto que é base, mesmo que você altere ele todo, mas você  
246parte de algo concreto, porque ficar discutindo é difícil. A outra questão que eu  
247gostaria de ressaltar aqui e que nós vamos precisar discutir, num primeiro  
248momento a Abema entendia e entende, depois vou conversar também com meus  
249pares melhor, nós não tivemos mais discussão de que a ideia era uma Resolução  
250revogando a 01 e a 237, mas tem uma discussão de cunho jurídico que talvez a  
251simples revogação completa da 01 e da 237 pode gerar algum problema na  
252questão de jurisprudência já gerada, que aí é uma questão dos juristas avaliarem  
253se é isso mesmo ou não, mas de qualquer forma nós temos que ser muito  
254explícitos na decisão que nós tomarmos, mantendo a 01 e a 237, ter clareza no  
255que nós vamos revogar de cada uma, para não ter amanhã ou depois alguém  
256dizendo vale isso. Espera aí, revoga-se o artigo tal e tal, lá no final não é revoga-  
257se as disposições em contrário, vai ter o povo da técnica legislativa, revoga-se o  
258artigo X, parágrafo tal, certinho, evitar depois: “ah não, porque tem, porque não sei  
259o quê e tal”. Nem Ministério Público e nem ninguém que faça a interpretação  
260indevida em relação às questões. Bom, vamos ao conteúdo que até agora é só  
261firula. O que nós estamos propondo? Nós propomos, portanto, a revisão das  
262Resoluções Conama 01/86 e 237/97 em texto único, com vistas a uniformizar, com  
263a observação de que têm que ser resguardadas as peculiaridades regionais e a  
264autonomia e independência dos entes federativos, mas nós precisamos  
265uniformização e padronização, e o que nós temos que... Essa talvez vai ser uma  
266das discussões importantes neste Fórum aqui, isso não quer dizer que ter  
267padronização significa tirar autonomia de ente federativo, significa nós  
268organizarmos o debate e o licenciamento a partir de uma visão sistêmica do  
269Sisnama. E nós precisamos ter, não dá para continuar essa colcha de retalho  
270onde o usuário do sistema, porque nós temos que olhar não só para dentro, mas  
271de dentro para fora o nosso cliente, que é o seguinte, ele tem o mesmo

272empreendimento na Bahia, um empreendimento na Bahia, um igual em São  
273Paulo, outro no Mato Grosso com critérios, com classificação, com tipo de estudo  
274totalmente diferente. Não dá porque isso vira uma colcha de retalhos, isso não  
275contribui para o fortalecimento do instrumento do licenciamento ambiental e isso  
276não garante qualidade. Claro que dependendo de onde ele vai estar no Estado ele  
277vai ter alguns dados específicos por questões climáticas, por localização por estar  
278mais próximo ou mais distante de cidade, por questões de presença de maior ou  
279menor de água, lençol freático, depende uma série de fatores que têm ser  
280considerados e que têm que respeitar essa peculiaridade e essa autonomia dentro  
281desse aspecto. O que a Abema propõe como principais pontos dos texto são os  
282seguintes: a regularização de novas modalidades de licenciamento ambiental,  
283além do tradicional licenciamento trifásico com o LP, LI e LO, com definição de  
284ritos e procedimentos distintos considerando os critérios de porte, potencial  
285poluidor e natureza da atividade ou empreendimento, tais como, o que é que ela  
286propõe de novo? Procedimento de licenciamento ambiental unificado, onde se  
287avalia em uma única fase os aspectos relacionados à localização, implantação e  
288operação do empreendimento ou atividade. Na verdade isso já existe e foi  
289inaugurado pelo próprio Conama na Resolução de Emergência de Energia, nos  
290início dos anos 2000 quando se criou, naquela crise de energia a possibilidade de  
291licenciamento de PCH e outras fontes renováveis, e um único ato, e aí isso  
292acabou. Todos os Estados têm esses tipo de procedimento, todos os Estados e  
293Municípios que eu conheço, a grande maioria tem procedimento assim, e não  
294perde qualidade, às vezes até melhora a qualidade da análise. Segundo, o  
295procedimento de licenciamento ambiental eletrônico para determinadas tipologias  
296e empreendimento ou atividades de baixo e médio potencial poluidor em uma  
297única fase por meio de declaração de adesão e compromisso do empreendedor  
298aos critérios e pré condições estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. Isso  
299aqui é um licenciamento declaratório, mas que tem um rito que tem que ser  
300respeitado com ART e, portanto, com responsabilidade técnica, com o projeto  
301executivo que tem que ser apresentado ao órgão e, claro que isso só é possível  
302para aqueles tipos de atividades que você conheça previamente os impactos a ele  
303relacionados ou que se conheça ou não necessariamente um e outro, no  
304entendimento da Abema, ou que se conheça também bem a região. Então, isso  
305não quer dizer que nós estamos abrindo mão do princípio da prevenção, se eu  
306conheço previamente os impactos relacionados, eu estou mantendo porque eu  
307tem uma norma que diz: esse tipo de atividade pode ser feita respeitando isto e  
308isto e o que eu preciso ter como órgão ambiental é capacidade através de  
309fiscalização e monitoramento. Terceira proposta: procedimento de registro  
310eletrônico de caráter declaratório para determinados empreendimentos ou  
311atividades de baixo potencial poluidor no qual o empreendedor insere os dados e  
312informações relativas aos empreendimentos ou atividade a serem especificados  
313pelo órgão licenciador. Que, na verdade, é basicamente aquela lista de coisas que  
314às vezes nem licenciamento tem, e aí o próprio Ministério tem observações sobre  
315isso, mas enfim, é o que está proposto, estou apresentando aqui o que foi  
316proposto pela Abema, depois se vai permanecer ou não nós vamos discutir nesse  
317Fórum e até a plenária final do Conama. O quarto item: procedimento de

318licenciamento ambiental de regularização para empreendimentos ou atividades  
319que se encontrem implantados ou em operação sem prévia licença ambiental.  
320Tem mais do que imaginamos e inclusive de grandes empreendimentos. Eu fiquei  
321sabendo dessa conversa nas últimas semanas aqui que a Ponte Rio-Niterói não  
322tem licenciamento ambiental. Então, agora com o procedimento de regularização,  
323para quem não sei como é que são nos outros Estados; o Porto de Aratu na Bahia  
324de todos os Santos, na Bahia, nunca teve licenciamento ambiental, está com o  
325processo de regularização junto ao Ibama agora, de licenciamento. Então, tem  
326escândalo, não é, tem um monte de coisa. O Lago de Sobradinho nunca teve  
327licenciamento ambiental, agora, vão desmontar o lago de Sobradinho? Teria que  
328ser agora porque não tem água. Então, é importante isso, nós teríamos que dar  
329um... Tem que ser mais racional nesse negócio porque a vida real ela existe aqui  
330nesse País e a vida real existe aqui nesse País no modelo europeu desde 1500,  
331no modelo dos nossos pré-período colonial há 10, 20, 30, não sei quantos mil  
332anos. E a vida real está aí, nós precisamos encarar lá e não fazer de conta ou ter  
333atitude avestruz, eu coloco a cabeça embaixo da asa imaginando que como não  
334enxergo o caçador ele também não está me vendo. E aí eu tomo um balaço no  
335peito. São mais 5 minutos. Aí dentro desse procedimento de regularização para  
336empreendimento ou atividades que se encontram implantados ou em operação  
337sem prévia licença ambiental, isso é uma coisa, previsão da definição em ato  
338normativo pelos entes federativos, no âmbito de suas competências do prévio  
339enquadramento da atividade, o empreendimento considerando os critérios de  
340localização, porte e potencial poluidor e natureza com vistas à otimização e  
341parametrização de requisitos e consequente minimização do excesso de  
342subjatividade dos agentes públicos responsáveis na classificação para fins de  
343licenciamento ambiental. Aqui também vai ter uma discussão forte porque mesmo  
344nós da Abema já temos uma avaliação que não dá para deixar cada Estado fazer,  
345teríamos que ter uma classificação nacional com uma adequação com  
346características locais, esse talvez seja um dos pontos que vamos ter que talvez  
347aprofundar bastante a discussão. Letra C: regulamentação das diversas  
348modalidades de estudos e avaliação de impacto ambiental, a serem exigidos no  
349processo de licenciamento ambiental em função da magnitude dos impactos  
350esperados, considerando os critérios de porte e potencial poluidor, natureza do  
351empreendimento ou atividade. E previsão da criação no âmbito dos entes  
352federados de base de dados e informações ambientais, com vistas à  
353racionalização dos estudos exigidos para fins de avaliação de impacto ambiental,  
354inclusive do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental,  
355EIA/RIMA, bem como ampliar a publicidade e o controle social nos procedimento  
356de licenciamento ambiental. Obviamente que se mantém o licenciamento com EIA,  
357obviamente nós estamos, eu destaquei o que nós estamos propondo de novo,  
358obviamente que nós mantemos a lógica de licenciamento faseado não  
359necessariamente trifásico, não necessariamente em três fases; obviamente que  
360nós estamos discutindo aqui e o texto traz uma discussão que precisa ser  
361aprofundada sobre a necessidade ou não de alternativa locacional para tudo, tem  
362coisas que a localização é rígida e por que tem ter alternativa locacional. Nós  
363inclusive arriscamos propor que é só infraestrutura e logística de transporte, algum



364tipo de empreendimento que teriam que ter obrigatoriamente alternativa  
365locacional. Então, o texto traz algumas inovações e não necessariamente nós  
366vamos ter que evoluir, ou já assimilando um pouco algumas sugestões do  
367Ministério do Meio Ambiente, não necessariamente trazer trifásico, mas faseados,  
368porque eu posso ter o licenciamento que tem LI e LO, por que não posso analisar  
369tudo junto? Na primeira de licenciamento já emitindo uma LI. E a outra questão  
370nos preocupa muito que está no âmbito de uma boa discussão aqui, é a  
371fragmentação de processos autorizativos. Hoje nós fazemos para a mesma coisa  
372uma série de coisas, por exemplo, vou dar alguns exemplos, eu pessoalmente, eu  
373tenho uma discussão, Deusdará e Marília, e colegas, que é o seguinte, eu  
374discutido isso na Bahia desde 2011, eu acho um erro o que nós adotamos, que eu  
375dou uma LP, portanto, eu atesto a viabilidade locacional e a viabilidade do  
376empreendimento, é na primeira fase da licença e, só na LI eu avaliar a supressão  
377de vegetação. E se tiver alguma coisa lá eu já atestei lá atrás, o cara contratou  
378empréstimo, eu acho que nós temos que rever um pouco isso, a avaliação  
379ambiental também tem que incluir supressão de vegetação, como eu digo se  
380posso se um dos principais itens é esse? Vai precisar outorga, tem que ser  
381avaliado mesmo com outro sistema? Como fazemos essa avaliação  
382concomitante? Vai precisar anuência de gestor de unidade de conservação tem  
383que ser... Alguns Estados estão trabalhando o licenciamento em processo único e  
384tem funcionado melhor porque quebra esse essa sobreposição. E algumas coisas  
385que em minha opinião vai ter que discutir, obviamente eu vou trazer um exemplo  
386sem entrar polêmica em si, mas que está acontecendo conosco, por exemplo, a  
387grande maioria dos Estados já não licenciam plantio, ou nunca licenciaram plantio,  
388agora nós autorizamos uma supressão de vegetação e que tem que ter o Estudo  
389de Viabilidade Agronômica e aí eu exigir licenciamento de plantio de novo? Dois  
390licenciamentos para mesma atividade? Então, nós temos que discutir essas  
391questões, estou usando exemplos concretos. Se eu autorizei a supressão de  
392vegetação e só posso autorizar porque vai ter uso da área, e o cara tem que dizer  
393na análise de supressão de vegetação o que ele vai fazer com aquela área e eu  
394licenciei, se foi licenciamento o nome, ou se foi ASV não é isso que importa, o que  
395importa é que houve uma análise de viabilidade para uso alternativo daquela área,  
396isso pode acontecer com um monte de outras coisas. Então, nós estamos também  
397diferenciando, embora esse conceito está mais claro na mente de todo mundo, a  
398diferença entre licença ambiental, que é a emissão do papel, do ato autorizativo  
399com carimbo, seja eletrônico ou não, e o licenciamento que é procedimento de  
400análise, e licenciamento pode prever licença no final ou não. Agora, licença  
401sempre tem que estar antecedida de um processo de licenciamento. Eu posso ter  
402um licenciamento sem emissão de licença, agora, eu não posso ter licença sem  
403um procedimento de licenciamento ambiental. Essas questões têm que ficar claras  
404nas nossas decisões, me parece claro que tem outras, eu estou trabalhando e  
405acabamos sempre ressaltando aquilo que aperta no calo, no sapato, essas  
406questões. Mais uma questão importante, gente, e aí eu encerro porque já me  
407alonguei bastante, mas é o seguinte, eu prometo que hoje não vou falar mais.  
408Pessoal, assim, só mais duas coisas, primeiro eu gostaria de ressaltar aqui que a  
409grande preocupação da Abema é com o fortalecimento desse instrumento da

410 Política Nacional do Meio Ambiente e eu tenho certeza que isso é a preocupação  
411 de todos os que estão nessa sala e quem está fora, nós podemos ter visões de  
412 como isso vai acontecer e essas visões podem ser diferentes, mas essa é a  
413 preocupação. O primeiro aspecto que eu quero destacar. O segundo aspecto e  
414 para nós é fundamental, vamos trabalhar a diferenciação do diferente, vamos  
415 conseguir fazer uma reflexão de o diferente não pode ser tratado igual. Eu acabo  
416 dando alguns exemplos, eu não posso tratar uma refinaria de petróleo e um posto  
417 de combustível com os mesmos critérios, todo mundo sabe que tem impacto, eu  
418 não posso tratar uma fábrica de roupa que não tem tingimento de tecido, que só  
419 faz montagem como se monta uma indústria que transforma o algodão em fio com  
420 tingimento e que tem um impacto maior. Nós precisamos ter capacidade de  
421 diferenciar porque, e eu acho que infelizmente o acidente de Mariana e outras  
422 situações que ocorrem por aí nos ensinaram muito, nós não temos que jogar  
423 pedra em nós mesmos em primeiro lugar, segundo lugar, para mim pelo menos  
424 ele aponta para uma lição, vamos nos preocupar efetivamente com o que precisa  
425 da nossa atenção, vamos nos preocupar com aquilo que demanda a atenção e  
426 cuidados efetivos, grandes atividades com alto risco, com significativo risco  
427 precisam ser bem avaliadas, precisam ser bem estudadas, precisam ser bem  
428 acompanhadas no pós-licença, precisamos ter bons processos de monitoramento.  
429 As outras nós podemos fazer de forma mais simples, para termos tempo de  
430 atender o que é essencial nós temos que saber diferenciar as coisas. Então, o que  
431 nós estamos propondo aqui, não saiam por aqui dizendo que a Abema está  
432 abrindo mão, vai liberar tudo, eu já ouvi dizer, um cara chegou na minha cara e  
433 disse: vocês têm uma proposta liberalizante. Está bom. Ótimo. Você não leu,  
434 provavelmente, mas é isso. O que nós temos que fazer é refletir onde nós vamos  
435 gastar mais energia e onde nós vamos dar foco na questão do controle e do  
436 controle ambiental do licenciamento ambiental, são essas as questões importantes  
437 que eu acho e que eu gostaria de registrar ao apresentar essa proposta aqui para  
438 essa plenária, e termos um grande desafio neste ano de 2016 para tentamos  
439 concluir essa questão, porque concordo com o Deusdará, uma coisa foi quando  
440 construiu a 01 e a 237 onde o acúmulo era pequeno, hoje nós temos um acúmulo  
441 no Brasil, nos órgãos, nas entidades a respeito do licenciamento ambiental, nós  
442 não devemos atropelar, mas também não podemos ficar esticando e ficando no  
443 puxa e estica aqui de meses sem fim por causa de questões menores. Nós vamos  
444 precisar de fato dar foco e termos essa decisão tomada o mais rapidamente  
445 possível, e eu ousei dizer, se isso não acontecer nós seremos atropelados por um  
446 torpedo que vem de um quilômetro daqui, e vem pesado de lá porque e lá nós não  
447 vamos segurar. Então, eu acho que podemos trabalhar numa posição de  
448 tranquilidade, sem querer achar que estamos enfrentando o Congresso, não, nós  
449 estamos tratando de uma coisa que é competência do Conama, assim como é  
450 legítimo o Congresso pensar o Projeto de Lei, ninguém está dizendo o contrário,  
451 mas que nós temos um papel importante para definir. Era isso, pessoal, obrigado,  
452 desculpe o tempo mais longo, mas era essa e espero que tenha ficado um pouco  
453 claro o que é a proposta que a Abema apresentou.

454

455

4560 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –**  
457Obrigado, Eugênio. Eu deixo a palavra aberta para os membros da Câmara para  
458nesse processo inicial de nivelamento, expectativas, para depois, se vocês me  
459permitirem, conduzir de forma nós estamos pensando em dar andamento a esse  
460assunto, respeitando esse ritmos que o Eugênio colocou, de celeridade, porém, de  
461serenidade também para poder resolver esses pontos que a Abema tem  
462colocados e outros que certamente vão parecer durante a discussão.

463

464

465**A SRª PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT) –** Primeiramente bom dia a  
466todos. Eu acho muito oportuno, agradecer a Abema e a iniciativa porque  
467realmente é um tema que fica aqui e acolá incomodando a todos e não se teve  
468ainda a coragem de enfrentar, então, que bom que nós estamos. Mas eu queria  
469colocar uma coisa aqui, Deusdará e demais membros, eu acho que nós temos que  
470encarar essa questão de que o licenciamento não é a panaceia, não é a revisão  
471também que vai resolver muitos problemas que jogam sobre o licenciamento e  
472não é o licenciamento que responde. Eu já assisti muitas discussões sobre  
473licenciamento ambiental de determinados empreendimentos que na verdade está  
474se discutindo a matriz energética e não aquele empreendimento naquele lugar,  
475naquele ponto e com aquela questão, ou está se discutindo a vocação econômica,  
476e não o empreendimento naquele lugar, naquele ponto e naquela questão. Então,  
477quer dizer, talvez essa discussão nós tenhamos que toda hora que estar buscando  
478a verdadeira vocação do licenciamento. Eu acho que nós como sociedade  
479esquecemos que existem outros instrumentos de gestão ambiental, nós não  
480cobramos do poder público ou de nós mesmos a implementação desses outros  
481instrumentos, e queremos que o instrumento licenciamento dê essa resposta. E aí  
482ele não dá essa resposta e nós ficamos frustrados e ficamos ouvindo coisas  
483absurdas quando a associar a possibilidade de ter um licenciamento eletrônico, a  
484facilitar licenciamento. Nós escutamos, ontem mesmo teve uma discussão  
485absurda dessa de um promotor acusando a Presidente do Ibama como se uma  
486coisa tivesse relação a outra. Então, quer dizer, nós temos que parar e pensar  
487nessa questão. E aí nessa linha eu acho que talvez como sociedade para 2016  
488ficarmos um pouco mais atentos à questão da gestão ambiental como um todo.  
489Orçamento, por exemplo, nós não vemos um movimento de Sociedade Civil ou  
490qualquer sociedade em discussão, quando tem discussão de LDO, seja nos seus  
491Estados seja aqui na União sobre o orçamento do ambiente. Em Minas Gerais, por  
492exemplo, na época, há 12 anos atrás o orçamento do meio ambiente era 1,2% do  
493total arrecadado, que já era pouco, hoje está 0,2. Então, quer dizer, a sociedade  
494assistiu esse decréscimo e acha que é o licenciamento que vai dar a resposta.  
495Não é, não pode, porque você pode ter a melhor regulamentação do  
496licenciamento, se você não tem equipamento, se você não tem o sistema de  
497informação, não vai funcionar da mesma forma. Então, quer dizer, não ficamos  
498satisfeitos com a revisão do licenciamento porque nós temos que dar outra  
499resposta. É um absurdo que o País há mais de 20 anos, todo o seu sistema  
500financeiro particular e público, tenha um sistema de formação ultra robusto, quem  
501faz imposto de renda sabe do que estou falando, em 2018, aliás, nem

502precisaremos fazer, ele vai vir no nosso e-mail, no nosso telefone, nós só vamos  
503dizer se está certo ou errado, e nós não conseguimos ter um sistema de  
504informação na área ambiental, equipamento tem, gente tem, tem tudo, não tem é  
505opção política para fazer isso. Então, eu acho que nós não podemos perder essas  
506duas coisas. Outra questão é a questão do licenciamento corretivo, eu acho muito  
507bom que se chame a atenção sobre isso porque apenas também para  
508exemplificar, eu estou com um problema lá em Minas Gerais de duas PCHs, uma  
509com 80 anos e outra com 60 anos de idade, que o empreendedor precisa de  
510regularizar para poder potencializar ela, ao invés de fazer outra ele quer  
511potencializar, ele está simplesmente há 8 anos tentando regularizar e não  
512consegue, não tem uma resposta do empreendedor, querem que faça uma  
513audiência pública para uma PCH que tem 80 anos de idade, vão chamar, claro,  
514todos do cemitério porque os atingidos já estão absolutamente enterrados. É bom  
515que se encare isso e que tenha isso como regra geral porque senão nós vamos  
516perder. A questão do trifásico que se mantém não perder também essa questão  
517de não ser uma corrida de obstáculos, porque eu como empreendedor vejo o  
518licenciamento trifásico como uma corrida de obstáculo, ele não vem ao que veio  
519que é saber se a viabilidade ambiental e depois você começa a entrar nos  
520detalhes das novidades que surge com a instalação e operação. Não, ele vira uma  
521corrida do obstáculo, do tipo, eu não barrei na LP, vou criar problema para ver se  
522consigo barrar na LI. Aí eu não barro na LI e aí eu vou criar problema para ver se  
523barro na LO. Então, vira aquela coisa. E isso é ruim até, Eugênio, para o próprio  
524empreendedor, porque ele sabendo disso ele faz estudos fracos, porque vai ter  
525que isso passa, quem sabe lá na LI isso passa, vira tudo uma ficção, porque virou  
526uma coisa cartorial e tão dessa forma que vira uma ficção. Então, eu acho que  
527temos que criar meios para que os estudos sejam realmente estudos sérios e para  
528que o órgão possa inclusive rejeitar aquele estudo que de cara não está bom, em  
529vez de ficar fazendo remendo. E aí eu gostaria que também nós tratássemos um  
530pouco daquela questão das tais compensações ambientais que para mim é  
531negociata, quer dizer, ou a mitigação está lá dentro do EIA/RIMA, ou não tem, ou  
532então faltou no EIA/RIMA, não dá para ficar aquela coisa da negociação. Um outro  
533problema é a questão da minha área propriamente dita que são as ferrovias, as  
534estradas, lembrar que elas têm uma durabilidade quase que eterna e existe  
535operação cada vez que você for fazer uma melhoria, fazer uma correção, virar um  
536novo licenciamento ambiental, não há fim, uma coisa, quer dizer, a viabilidade da  
537estrada já foi está ali pronta e aquilo tem que na hora que formos fazer o  
538licenciamento lembrar que aquilo vai exigir contensão de encosta quando houver  
539uma chuva, um novo bueiro, uma coisa, e isso não pode virar uma panaceia  
540porque fica muito difícil para fazer. E um último ponto que eu acho que nós  
541tínhamos que encarar, gente, é a questão de renovação de licença ambiental, não  
542sei se todos sabem ou tiveram a curiosidade de verificar, é só o Brasil que faz  
543renovação de licença, e ele vira um mero instrumento arrecadatário, me desculpe,  
544porque não tem nenhum cabimento, você não vai tirar coisa dali. Então, ou nós  
545associamos isso a uma equipe de fiscalização e eu sempre defendi isso, aqui está  
546falando até agora a especialista, porque eu não discuti isso internamente na CNT,  
547mas acho que o fiscal do meio ambiente tem que ter uma carreira tal como o fiscal

548tributário, ele tem que ter uma carreira, tem que ser uma fiscalização pesada  
549porque nada disso também adianta se não tivermos uma fiscalização, um  
550acompanhamento do pós-licença. E me desculpe, não é a renovação da licença  
551que vai dar acompanhamento do pós-licença, vocês são do órgão ambiental estão  
552cansados de saber que não é isso que acontece. Então, vira tira uma coisa muito  
553burocrática. Então, vamos apostar numa fiscalização bem feita, bem remunerada,  
554bem equipada e parar com essa coisa de renovação porque isso aí é jaboticaba,  
555só o Brasil tem essa questão de renovação de licença, isso não existe, em País  
556nenhum do mundo existe essa questão de renovação de licença, então, nós temos  
557que ter um pouco de coragem para poder encarar isso. Então, ancorar o  
558licenciamento, o fortalecimento de outros instrumentos porque a revisão sozinha  
559não vai resolver o problema, só vai mudar o problema de lugar. É isso. Obrigada.

560

561

562**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –**  
563Obrigado, Patrícia. *Adriana eu queria saber se há alguma formalidade em relação*  
564*à Câmara antes que faça sugestão de (...)esse assunto. Alguém dos senhores*  
565*tem alguma observação a ser feita a respeito da ata? Não. Então, não havendo*  
566*então nós cumprimos a formalidade da aprovação. É com relação à aprovação,*  
567Tadeu: voltar ao tema? Perfeito. Só quero encerrar essa formalidade, nós temos a  
568pauta do dia encerrada e vamos continuar no nivelamento nesse processo de dar  
569aos Conselheiros e membros da Câmara opinião a respeito do assunto, para  
570depois nós encaminharmos como que nós vamos operar em cima dessa proposta  
571que é importante para o Conama e para o País como um todo.

572

573

574**O SR. TADÊU SANTOS (Entidades Ambientalistas Da Região Sul - Ong**  
575**Sócios Da Natureza) –** Então, nós temos, desde que nós estamos no Conama,  
5762009, nós temos ocupado a tribuna livre e emitido documentos a respeito do  
577licenciamento ambiental no País. O licenciamento ambiental no País, de uma certa  
578forma, talvez seja fator mais importante de todo o processo quando se fala em  
579meio ambiente, em preservação ambiental, porque se este processo de  
580licenciamento ambiental não for sério e idôneo ele pode ser super capacitado,  
581abranger todas as áreas, ele pode até não ser tão eficiente como algumas coisas  
582que a Patrícia falou sobre a questão das compensações que é uma negociata, que  
583não se sabe nunca qual é o justo, a compensação ambiental para compensar um  
584árvore vai ser plantada há 1000 quilômetros de distância está feita a compensação  
585ambiental. O EIA/RIMA é um produto hoje que só falta ter um mercadinho para  
586chegar o cara e falar: onde tem EIA/RIMA? Lá na esquina você encontra  
587EIA/RIMA para comprar. A audiência pública é... Os teatrólogos e cineastas, meu  
588filho é cineasta e estou tentando até convencê-lo a fazer um roteiro sobre  
589EIA/RIMA, sobre audiência pública, audiência pública é um teatro muito bem  
590montado, uma superprodução, só que o final, o grande final das audiências  
591públicas são lamentáveis. Não apenas no exemplo de Mariana, quando eu recebi  
592a proposta eu não tinha lido bem corretamente, me lembro, mas que oportunismo  
593é esse de começar a discutir licenciamento após a tragédia de Mariana, quando

594 não é isso, o próprio André, depois eu li, depois o André também justificou, isso é  
595 um processo que a Abema está se discutindo, eu sou testemunha disso. Mas não  
596 é só o problema de Mariana, Presidente Deusdará, é esse problema do  
597 licenciamento tem uma culpabilidade, ele tem que ser condenado porque Barra  
598 Grande lá em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, foi emitida uma licença para  
599 matar milhares de araucárias lá e todo um ecossistema da fauna. Tem uma  
600 licença da Usitesc, que é uma usina termoelétrica no Sul de Santa Catarina, 440  
601 megawatts, que ela foi assinada, a licença foi assinada no último dia do mandato  
602 do falecido senador Luiz Henrique Silveira, na época Governador, na casa dele,  
603 no Palácio da Agrônômica, isso é um coisa para fazer um filme, porque uma  
604 licença de uma... A queima de combustíveis fósseis que é o grande problema hoje  
605 da humanidade, do planeta, a camada de ozônio, o desequilíbrio ambiental. O  
606 Governador libera a assinatura na casa dele e não lá na Fátima, no órgão  
607 licenciador, na casa dele no último dia, dia 25 de março de 2011 quando ele era  
608 Governador. Então, nós somos favoráveis à discussão, essa proposta de  
609 discussão para que o licenciamento no País seja adaptado, ele tem que adaptar à  
610 realidade desde que essa adaptação e essa mudança venha a dar mais seriedade  
611 e mais idoneidade ao licenciamento. Nós somos favoráveis a qualquer  
612 flexibilidade, de tempo, de tudo, mas desde que a garantia de que a possibilidade  
613 de propinas ou de facilitação venha a acabar. A partir do momento que nós  
614 tivermos o licenciamento sério e idôneo com certeza os impactos ambientais nos  
615 ecossistemas dos 5 biomas vão ter mais possibilidade de ter um equilíbrio  
616 ecológico. É isso.

617

618

619 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –**  
620 Obrigado, Tadeu. Ainda nesse esforço de um breve e rápido nivelamento, passo a  
621 palavra ao senhores Conselheiros, por favor.

622

623

624 **SR. JOÃO RICARDO GUIMARÃES CAETANO (Anamma Sudeste) – A**  
625 Anamma gostaria de saudar aqui a iniciativa da Abema, nós nos aproximamos da  
626 discussão de Abema em vários momentos, estivemos bastante próximos em  
627 algumas fases da discussão, mas como o Eugênio falou é muito salutar que nós  
628 tenhamos essa discussão aqui no Conselho e essa discussão pautada por uma  
629 proposta que já é, como vocês também falaram, já é uma síntese de várias  
630 práticas que estão sendo adotadas no País. É muito importante que a Abema  
631 tenha trazido essa contribuição até para facilitar as discussões para que as  
632 discussões saiam de um patamar bastante adequado do ponto de vista técnico, do  
633 ponto de vista das experiências que já ocorrem no País. Então, isso é bastante  
634 importante. Nós da Anamma também queremos saudar o Conama e o Ministério  
635 por pautar essa discussão ainda no final do ano, fomos surpreendidos  
636 positivamente com a convocação, mas nós achamos que um tema como esse,  
637 com a seriedade que ele tem, com a relevância ele não poderia ficar para o  
638 próximo ano, principalmente em função das legítimas iniciativas que estão no  
639 Congresso Nacional tramitando. Então, o Conama ficaria muito refém ou

640atropelado de diplomas legais que viessem a ser editados nos próximo meses se  
641não fizéssemos essa discussão rapidamente. Então, queremos aqui parabenizar e  
642saudar o Ministério e o Conama por já desencadear essa discussão. E a nossa  
643expectativa é que nós tenhamos uma agenda de trabalho, eu acho que esse é o  
644objeto de nossa reunião de hoje, uma agenda de trabalho bem organizada, o tema  
645não é simples, eu acho que todos nós aqui comungamos de uma expectativa  
646muito favorável no sentido de modernizar o licenciamento, fazer com que o  
647licenciamento seja uma realmente uma ferramenta de gestão ambiental e não uma  
648ferramenta burocrática e para isso é muito importante que tenhamos aqui um  
649acordo sobre a organização dos trabalhos e sobre método dos trabalhos. Então, a  
650nossa expectativa para essa reunião de hoje é que exatamente consigamos sair  
651com uma agenda, com uma lógica de trabalho bastante organizada para termos  
652sucesso e mandarmos à plenária o mais rápido possível, sem leviandade uma  
653proposta de Resolução que atenda as nossas preocupações sobre o  
654licenciamento. Abema de parabéns, Ministério e Conama de parabéns também.

655

656

**657O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –**  
658Obrigado. Esse foco da nossa reunião de hoje, a partir de agora eu acho se tem  
659algum Conselheiro, algum membro que gostaria de fazer alguma fala nós depois  
660encaminharíamos qual a proposta do Ministério para condução desse assunto.

661

662

**663O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas) –** Eu tive  
664oportunidade de ser gestor municipal de órgão ambiental e implantar sistema de  
665gestão ambiental em alguns Municípios do Sul do Pará e alguns desses exemplo  
666que o Eugênio utilizou são do meu conhecimento prático e fático, de fato vários  
667Municípios já utilizam a prática do licenciamento único e do licenciamento já  
668avançado para etapas que dispensam a licença prévia de empreendimentos já  
669implantados. Então, esse aspecto eu acho que a proposta de Resolução avança e  
670traz para o sistema normativo federal algumas coisas que já são realidade, mas  
671têm algumas questões aqui que precisam ser discutidas com melhor  
672detalhamento, uma preocupação que eu vejo é de que nós precisamos resguardar  
673o papel regulador do Estado, o papel do Estado em manter a sua responsabilidade  
674no controle ambiental. Concordo com a representante da CNT, eu acho o que  
675licenciamento em si não é a solução, não é a panaceia. E vejo aqui na justificativa  
676da proposta que alguns problemas foram levantados, assim, alguns com base no  
677senso comum de que não existe nenhum indicativo de que realmente são  
678problemas do sistema de licenciamento, e eu gostaria até de solicitar ao Eugênio  
679que disponibilize esse trabalho, novas proposta para o licenciamento ambiental no  
680Brasil que foi produzido pela Abema, que disponibilizasse. Está no site da Abema?  
681Que bom. Porque de fato nós precisamos entender melhor, nós precisamos  
682entender melhor alguns fatos que são citados aqui como problema, o ambiente da  
683insegurança jurídica traz alguns elementos aqui, por exemplo, que nós precisamos  
684analisar se de fato essa proposta de Resolução responde a esses desafios  
685apresentados aqui, até que ponto de fato são desafios ou preocupações de senso

686comum que a imprensa costuma levantar e que muitas vezes não tem vínculo com  
687fatos reais. Um deles, por exemplo, vejo um problema, por exemplo, no art. 10 que  
688mantém um problema de conflito de interessado se através vínculo direto entre o  
689empreendedor e o órgão, entre o empreendedor e os técnicos ou empresa  
690contratada para fazer os estudos ambientais. Então, têm questões, assim, que  
691precisamos analisar com vagar durante essa discussão.

692

693

694**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –**  
695Agradeço as considerações. Gostaria agora então de colocar em pauta uma  
696discussão a respeito de como nós pretendemos, como sugerimos deliberar esse  
697assunto. E aí eu pediria a Dra. Marília Marreco, que além de chefe do gabinete do  
698Ministério... Posso encaminhar? Fazer o encaminhamento.

699

700

701**O SR. TADÊU SANTOS (Entidades Ambientalistas Da Região Sul - Ong**  
702**Sócios Da Natureza) –** Só gostaria de entender melhor o rito. Essa Câmara, a  
703decisão de hoje sendo favorável à proposta da Abema ela vai... A proposta é para  
704ir direto para uma plenária ou não?

705

706

707**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) – Não.**  
708Isso que eu gostaria de encaminhar agora, o assunto é sensível, o senso comum  
709de celeridade e de importância do assunto está nivelado, então, a ideia é que  
710nivelássemos, Tadeu, de um instrumento de discussão, de uma forma de  
711discussão que é muito usada no Conama e que está no Regimento Interno, no art.  
71248, que nós discutíssemos aqui a criação de um grupo de trabalho e dentro desse  
713grupo de trabalho nós discutimos com mais aprofundamento, com mais vagar e a  
714Câmara retoma a posição naquilo que for dissenso do grupo de trabalho, naquilo  
715que for atos que os membros julguem importante serem levados à Câmara que  
716nós deliberemos junto à Câmara. Então, vou ler o art. 48. Tadeu.

717

718

719**O SR. TADÊU SANTOS (Entidades Ambientalistas Da Região Sul - Ong**  
720**Sócios Da Natureza) –** Era justamente isso que eu queria ouvir.

721

722

723**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –** Vou ler  
724o art. 48 para que todos tenham, assim, em que respaldo nós temos na  
725recuperação desse grupo de trabalho. Os grupos de trabalho têm a atribuição,  
726Tadeu, de analisar, estudar e apresentar propostas sobre as matérias de  
727competências da Câmara Técnica, da nossa Câmara Técnica que instituiu, a ideia  
728hoje é instituímos esse grupo de trabalho. Assessorando e auxiliando de forma  
729não deliberativa, quer dizer, as questões de deliberações serão sempre colocadas  
730na Câmara Técnica, a ideia é criarmos o grupo de trabalho com essa finalidade da  
731assessorar a Câmara, fazer as discussões preliminares, de construir os



732consensos, ressaltar dissensos para que a Câmara Técnica possa de fato  
733trabalhar de uma forma mais de supervisão, mais na questão estratégica, na  
734questão, digamos, mais crucial da decisão sobre a proposta. Parágrafo Único: o  
735mandato da Câmara Técnica e sua duração será de até 1 ano podendo ser  
736prorrogado, serão definidos para a Câmara Técnica no ato de sua criação. Então,  
737a nossa proposta, e aí gostaria que os senhores nos acompanhassem seria a  
738criação de um grupo de trabalho, que eu acho que esse assunto merece e atende  
739um pouco a preocupação colocada pelo Tadeu, e isso sendo uma decisão tomada  
740por nós, que nós avançássemos ainda no período da manhã, que eu acho que  
741temos condições de fazer isso com celeridade, com tranquilidade, como que nós  
742pensamos que esse grupo de trabalho deva funcionar para termos uma regra de  
743convivência que não gere problemas nem de atropelamento, nem de  
744postergamento de tomada de algumas decisões, porque nós aqui como Câmara  
745Técnica instituindo o grupo de trabalho também já avançássemos um pouco quais  
746seriam as regras de trabalho, regras de convivência, de formatação, de  
747cronograma de reuniões que esse grupo de trabalho teria que ter para atender  
748uma formulação de proposta a contento que a Abema está trazendo, mas que  
749ficou claro que é um anseio comum de todos. Então, nós temos aqui uma  
750proposta, entendo que está aceita a proposta de instituição do grupo de trabalho e  
751poderíamos passar agora um proposta de como nós achamos que esse grupo de  
752trabalho deveria funcionar nesse intuito de que nós já temos não só a criação do  
753grupo trabalho, mas as regras de como esse grupo de trabalho deva operar. Isso é  
754mais para não poder deixarmos as coisas muito soltas, não é nada tão engessado,  
755mas também acho que é importante discutir isso para poder não ter já na  
756instituição do grupo de trabalho, já ter esse rito de como ele vai funcionar. Por  
757favor Dra. Marília Marreco que além de ser chefe de gabinete da ministra é uma  
758especialista decana no assunto. Está começando agora, desculpa, gente, decana  
759foi mal.

760

761

762**MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – O GT, inclusive para atender até o  
763que o Tadeu levantou, a preocupação dele, Tadeu, nós estamos na verdade  
764iniciando na Câmara Técnica o processo de discussão da alteração da 01 e da  
765237 com base na proposta que foi apresentada pela Abema. Quer dizer, estamos,  
766na verdade iniciando o processo, a matéria foi admitida para ser analisada no  
767Conama na última reunião do Cipam e seguindo o próprio Regimento do Conama  
768ele vem para a Câmara Técnica pertinente, que no caso é a Câmara Técnica de  
769Controle e a Câmara Técnica vai utilizar os instrumentos que ela tem dentro do  
770Regimento para que possamos conduzir esta discussão. Então, como todo  
771assunto, vamos dizer assim, que envolve o nível maior de discussão, a proposta  
772nossa do Ministério é que nós criemos um grupo de trabalho e o Regimento do  
773Conama ele já dispõe de como o grupo de trabalho funciona, o grupo de trabalho  
774é vinculado à Câmara Técnica, a Câmara Técnica é que dá o mandato, o prazo e  
775a composição do grupo de trabalho. Então, seguindo outros grupos de trabalhos  
776que nós já tivemos aqui no Conama, não só nessa Câmara Técnica, mas, por  
777exemplo, na Câmara Técnica de Qualidade, nós estamos propondo um termo de

778referência que vai orientar os trabalhos do grupo de trabalho e dando um prazo  
779inclusive para que a matéria retorne à Câmara Técnica porque eu lembro a vocês  
780que de acordo com o Regimento o GT não é deliberativo, tudo que for discutido  
781GT, consensos e dissensos eles retornam ao grupo de trabalho porque a Câmara  
782Técnica que é deliberativa e não o GT. Então, a proposta nossa que está inclusive  
783colocada aqui, se vocês quiserem temos isso em papel também para os  
784participantes da Câmara Técnica é que nós tenhamos um grupo de trabalho com  
78525 componentes. Então, nós teríamos 5 membros por segmento, no Conama tem  
7865 segmentos, Sociedade Civil, vamos dizer assim, Setor Empresarial, Estado,  
787Município e Governo Federal, então, cada segmento indicaria 5 representantes  
788para esse GT, nós teríamos então 25 representantes para trabalharem nesse  
789grupo de trabalho. Se fazemos um grupo de trabalho muito amplo acabamos, na  
790verdade, virando assembleísmo e dificultando a discussão; se faz muito enxuto  
791também não temos possibilidade de ampliar a discussão. Então, a ideia que tem, o  
792grupo de trabalho com 25 membros, esse grupo teria um prazo de 60 dias para  
793apresentar uma conclusão das suas discussões à Câmara Técnica, a Câmara  
794Técnica apreciar o trabalho que foi desenvolvido nesses 60, a ideia inicial nossa  
795também é a partir do momento que temos uma proposta mínima de consenso, que  
796possamos fazer, mesmo nessa proposta nós apontamos os dissensos, que  
797coloquemos isso em consulta pública via Internet, como outras propostas também  
798por um período para que todos possam opinar e fazer também algumas reuniões  
799regionais, talvez uma por região para que levemos essa discussão além, vamos  
800dizer assim, da própria Câmara Técnica e do GT. Então, a ideia é que durante  
801esse período o GT possa coordenar essas reuniões, vamos dizer assim, talvez 5,  
802uma em cada região, alguma coisa assim. Então, esse mais ou menos é o  
803cronograma e a metodologia que nós estamos pretendemos seguir nesse grupo  
804de trabalho.

805

806

807**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –**  
808Consulto os senhores membros da Câmara se podemos passar rapidamente essa  
809síntese, esse roteiro a respeito de como achamos que devemos funcionar o grupo  
810de trabalhos e aí abriríamos alguma consideração que julgar oportuna. Ressalto  
811que tudo que nós estamos colocando como sugestão não é nada novo, já é  
812procedimento que adotamos há muito tempo no Conama. Nesse caso nós só  
813estamos formalizando a regra para... Como o assunto é extremamente sensível e  
814é um assunto que causa uma vontade muito grande de muitas pessoas  
815participarem, nós estamos tentando dar um formato para organizar um pouco  
816esse grupo de trabalhos. Então, os antecedentes, como a Dra. Marília colocou, já  
817foi passado no Cipam, o objetivo é estabelecer um termo de referência que balize  
818e oriente as discussões e o trabalho a ser desenvolvido pelo grupo. O item dois,  
819por favor, objetivos, que seria um grupo de trabalho específico como a Dra. Marília  
820colocou, para assessorar, não deliberativo, a Câmara Técnica na tomada de  
821decisões e o foco seria na revisão da Resolução 01/86 e da Resolução 237/97. A  
822composição e coordenação do grupo de trabalho nós propomos que as atividades  
823do grupo de trabalho serão orientadas por esse termo de referência, por esse

824 documento que nós estamos discutindo e devendo aprovar no final dessa reunião.  
825 E uma referência aos art. 49 e 50 da Portaria 452 que trata o novo Regimento do  
826 Conama, quer dizer, mostrando que há fundamentação para o grupo de trabalho e  
827 no máximo de componentes seriam 25 membros, como a Dra. Marília colocou,  
828 sendo 5 representantes de cada segmento do Conselho. Informo que isso, Tadeu,  
829 é o grupo de trabalho, a Câmara permanente na sua composição e na sua função  
830 de fato deliberativa, anterior ao plenário do Conama. Os membros as indicações  
831 (...) é de até X dias que temos que pactuar aqui, qual o tempo que vocês acham  
832 que é suficiente para fazer suas consultas na base e propor ao Conama os  
833 membros do GT. E nós podemos dar uma parada agora e definir essa data, se  
834 isso for oportuno, que eu acho que sim, senão nós estamos no dia 12, é  
835 importante que tenhamos um prazo para poder até nós começarmos a nos policiar  
836 a respeito dessa celeridade que temos que ter com relação a esse tema. Vocês  
837 têm alguma sugestão de prazo voltando para as bases, qual seria uma data em  
838 dezembro que vocês podem indicar os membros? Porque nós estamos um  
839 recesso e nós também tiramos férias.

840

841

842 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA)** – Eu acho que até dia 18, uma  
843 semana. Pelo menos Abema resolve essa equação até dia 18, sexta-feira que  
844 vem nós temos como informar.

845

846

847 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – 18 é  
848 uma segunda-feira.

849

850

851 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA)** – Sexta-feira da próxima semana.

852

853

854 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas)** – Sugiro até o dia  
855 21, na segunda-feira.

856

857

858 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO** – Presidente da CTCA (MMA) – Vamos  
859 lá, gente. Há uma proposta da Abema para o 18 de dezembro. Até 18 de  
860 dezembro, óbvio, se conseguirmos fazer a definição hoje já seria o ideal.

861

862

863 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas)** – Dia 21 segunda-  
864 feira. Teríamos mais um fim de semana para resolver.

865

866

867 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Não  
868 vejo prejuízo de um final de semana, até dia 21, aí seria uma coisa, gente,  
869 absolutamente improrrogável, vamos fazer um pacto de realmente cumprir esse

870prazo para que possamos efetivamente tendo a visão desse prazo, alvo, nós  
871possamos decorrer, possamos desenvolver as atividades posteriores a isso.  
872Estamos pactuados que as indicações serão efetuadas até 21 de dezembro e elas  
873terão que ser comunicadas à Secretaria-Executiva do Conama e depois essa  
874comunicação virá à presidência da Câmara, para todos nós. João.

875

876

877**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Eu queria uma  
878sugestão, você colocou assim, a princípio em relação à quantidade de membros,  
879seriam 25, como eu acho que nós poderíamos colocar um suplente em cima  
880desses 25, porque a Câmara Técnica ela é de livre participação. Desculpa, está  
881no Regimento.

882

883

884**MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – A reunião é pública, ser pública não  
885quer dizer que não seja membro fale. É diferente.

886

887

888**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – É isso  
889exatamente que eu estou dizendo, eu posso vir com meu titular, sem problema  
890nenhum, só quem vai falar em meu nome é o titular. Agora, se o titular naquele dia  
891não puder vir, isso é uma coisa de agenda, pode acontecer várias coisas, que o  
892suplente esteja lá, ele fale em nome do titular. Agora, na reunião só vai falar o  
893titular.

894

895

896**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Não  
897vamos, cada dia com sua agonia, eu acho que assim, está muito claro que esse  
898assunto é de absolutamente extremo interesse para todos os segmentos. Então,  
899tenho certeza que vocês vão ter a maturidade e o senso de responsabilidade de  
900indicar pessoas que vão estar dedicadas a esse assunto. Então, nós vamos no  
901processo de cronograma do grupo de trabalho sempre que possível consultar as  
902agendas de todos para que diminua o risco de ausência. Então, são 25 membros,  
903sem suplentes, obviamente é a Câmara Técnica, como a Dra. Marília falou, e eu  
904tenho sido, espero que não estejam fazendo uma avaliação errada da minha  
905condução, mas tenho sido sempre democrático na Câmara, sempre permitindo  
906que os membros usem como porta-voz os seus convidados. Então assim, só que  
907nesse caso específico desse assunto nós vamos ter que ter um rito um mais  
908litúrgico, nós passamos aqui por reuniões de eólica, senão nós não conseguimos  
909chegar no nosso objetivo.

910

911

912**MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – *Podemos ter um acordo, talvez, o*  
913*seguinte, o suplente vem quando o titular não vem, porque senão vamos ter um*  
914*problema de logística ter uma sala, por exemplo, para 50 pessoas. O suplente*

915vem no dia que o titular não vem. Os dois juntos não ter... Uma sala com 50  
916pessoas não é mais GT.

917

918

919**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –** Nós  
920vamos fazer um esforço para que os 25 estejam sempre presentes e o  
921cronograma vai permitir, o assunto também.

922

923

924**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA) –** Como eu disse  
925antes, a reunião é pública, você também não pode negar que a pessoa venha,  
926ponto. Você pode negar que ela não fale, agora, eu acredito que o Conama  
927poderá pagar somente a passagem da pessoa que vai vir, como na plenária do  
928Conama, você não paga para a pessoa vir no Conama, o titular e os dois  
929suplentes, nunca, se a pessoa disser que não vai vir a passagem é só de quem  
930vai vir representando o segmento. Agora, dizer que não vai poder vir a pessoa  
931comparecer, você está indo contra o Regimento e sendo uma reunião pública,  
932uma coisa ela tem direito a voz e outra coisa é participar.

933

934

935**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –** Você já  
936entendeu qual o encaminhamento, isso é ponto pacífico, são 25 pessoas vamos  
937continuar, o prazo é 21 de dezembro, eu espero estar com vocês durante essas  
938discussões, não sei como vai ser a orientação da Ministra, mas quem quer que  
939esteja à frente disso vai ter que ter essa liturgia de encaminhamento porque senão  
940nós vamos nos envolver na paixão desse assunto e não conseguirmos dar uma  
941solução, e o tempo urge.

942

943

944**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA) –** Pulando agora  
945outra questão em relação ao prazo de 60 dias. Estamos em final de ano.

946

947

948**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –** Sim, vou  
949chegar lá.

950

951

952**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA) –** Acho que é um  
953prazo muito pequeno, se fosse o meio de ano tudo bem, mas final de ano...

954

955

956**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –** Vou  
957chegar lá. Vamos ponto por ponto. Estamos no ponto 3, sobre o ponto 3, Tadeu,  
958alguma coisa? Eu estou querendo matar ponto por ponto para não ter que revisar,  
959revisitar.

960

961

962 **O SR. TADÊU SANTOS (Entidades Ambientalistas Da Região Sul - Ong**  
963 **Sócios Da Natureza)** – Eu queria voltar ao que a Marília falou, que eu não  
964 encontrei aqui, então, eu peço *standby*. Quando ela falou que a partir de uma  
965 definição das proposta sejam discutidas de forma regional.

966

967

968 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Isso é  
969 *modus operandis*, isso é uma coisa que o grupo de trabalho vai decidir. Isso vai  
970 parecer lá embaixo, nos outros itens. Nós estamos no 3, eu vou chegar lá e nós  
971 vamos chegar a essa regra de convivência de como serão as discussões  
972 regionais.

973

974

975 **O SR. TADÊU SANTOS (Entidades Ambientalistas Da Região Sul - Ong**  
976 **Sócios Da Natureza)** – Tudo bem.

977

978

979 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Vamos  
980 antecipar não, vamos ponto por ponto.

981

982

983 **O SR. TADÊU SANTOS (Entidades Ambientalistas Da Região Sul - Ong**  
984 **Sócios Da Natureza)** – Ponto e: indicação do grupo de trabalho. Nós, Sócios da  
985 Natureza e Argonautas, como já participamos, quem é que vai definir as outras 3  
986 vagas da Sociedade Civil? Dentro dessa pergunta, desse contexto de definir os  
987 cinco da Sociedade Civil é aquele velho problema, Presidente, nós não temos  
988 capacidade, nós ambientalistas e ONGs, não temos a capacidade de articulação  
989 que a Anamma tem ou que a CNA tem, e que vocês do Estado, ou da União em  
990 fazer no caso de indecisão consultar um especialista, nós não temos essa... Nós  
991 não temos um corpo aqui atrás de nós para consultar, vocês têm isso aí. Então, a  
992 minha pergunta é essa, no caso de no meio da discussão, do andamento da  
993 discussão dos alterações, das adaptações, se nós precisarmos de uma  
994 assessoria, exatamente, porque na outra vez em várias outras situações aqui na  
995 própria Câmara Técnica nós solicitamos, mas o MMA não permite, não tem verba  
996 para esse técnico, por exemplo, trazer um técnico da EFSC que é especialista em  
997 licenciamento ambiental, ou um técnico da Paraíba, ou que seja, não sei de onde,  
998 mas nós não temos essa... Então, daí agora eu gostaria de ouvir gostaria de ouvir  
999 a questão de composição sobre a Sociedade Civil que a Adriana ia falar.

1000

1001

1002 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Tadeu, com  
1003 esse corte de orçamento todo não vai ter condição, isso nós já garantimos e  
1004 deixamos claro. Nós conseguimos trazer os 5 da Sociedade Civil que virão para  
1005 esse GT, e aqui já adianto uma questão, nós acordamos a data do dia 21 de  
1006 dezembro para essas indicações, o Governo Federal é fácil, o Ministério do Meio

1007Ambiente faz as indicações porque todos os Conselheiros receberão o ofício  
1008falando o que foi definido aqui para grupo de trabalho, é isso que diz o Regimento.  
1009Então, o Governo Federal, Ministério fala: Abema está fácil nós recebemos a  
1010indicação via Eugênio, Anamma temos aqui o Conselheiro João Ricardo, membro  
1011Da câmara faz isso. Setor empresarial e ONG tem uma multiplicidade de atores.  
1012Ok, já está resolvido, são 5, está resolvido, nós iremos receber de vocês, Dione,  
1013aliás, desculpa, Eliza e Patrícia quem serão esses cinco. Da Sociedade Civil é  
1014mais complicado, nós reconhecemos isso, então a minha proposta seria que o  
1015Tadeu. Por que o Tadeu? É Conselheiro do Conama e é membro titular nessa  
1016Câmara, o Fidélis está na posição de suplente nessa Câmara embora seja  
1017também Conselheiro do Conama. Então, a proposta nossa seria que o Tadeu nos  
1018indicasse os 5, como vocês farão isso é uma questão interna de vocês, isso que  
1019tem que estar acordado aqui porque eu não posso sair indicações de outros e  
1020extrapolar esse número de 5. Então, nos parece mais representativo que o Tadeu  
1021faça essa indicação.

1022

1023

1024**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –** Seria  
1025essa a ideia, e que não duplique, quem é membro da Câmara não se apresente  
1026para ser do grupo, quem é membro da Câmara não se apresente para o grupo,  
1027você vai ser parte interessada. Entendeu? Já que quem é membro da Câmara não  
1028precisa necessariamente estar no grupo. Bom, dadas as devidas explicações  
1029ponto 4. O GT terá um coordenador, um vice coordenador e um relator, o  
1030coordenador será Conselheiro do Conama indicado pelo Ministério do Meio  
1031Ambiente. O vice coordenador e relator serão indicados pela Câmara Técnica de  
1032Controle Ambiental, e deverão pertencer a segmentos diferentes, e apenas na  
1033ausência do coordenador o vice coordenador assumirá a função. Nós colocamos,  
1034nós achamos e entendemos que o que Ministério do Meio Ambiente realmente  
1035poderia ser o mais apropriado na mediação desse assunto, então, não é nenhuma  
1036presunção em com relação à Abema, nem com o setor, eu acho que assim, acho  
1037que nós temos que coordenar e assumir de fato o ônus dessa coordenação  
1038porque entendemos que é o ente mais representativo. Se vocês quiserem já  
1039podem fazer a indicação agora do você coordenador e relator, não vejo problema  
1040nenhum, já saímos com isso definido. Vamos, havendo aquiescência que a  
1041coordenação será do Ministério do Meio Ambiente, temos aí, cabe à Câmara  
1042Técnica a indicação do vice coordenador e relator. Abema se propõe a ser relator?

1043

1044

1045**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA) –** Abema se propõe a ser relatora da  
1046proposta.

1047

1048

1049**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –** Há  
1050alguma objeção? Temos a posição do vice coordenador, que teria que ser um  
1051segmento diferente do Estado. Alguma objeção? Então, Patrícia como vice  
1052coordenadora, coordenador do Ministério do Meio Ambiente e relator Abema.

1053Muito obrigado, gente. Já vamos colocar, já estamos definindo, passou o ponto, já  
1054estamos aprovando. Já anota, está decidido e aprovado. Assim apagando  
1055literalmente o incêndio. A Dra. Marília e Eugênio que está pegando fogo na  
1056Chapada da Diamantina, de presente de Natal. Não se preocupa, deixa o Eugênio  
1057lá fora que o Eugênio lá fora as coisas aqui andam bem mais rápido, com todo  
1058respeito. Coloca na ata vice coordenador já nominado, Dra. Patrícia, CNT,  
1059coordenador, o relator a Abema e coordenador do grupo o Ministério do Meio  
1060Ambiente. Item 5, enquanto a nossa relatora vai fazendo, o coordenador do GT  
1061assinará o documento elaborado pelo relator e será responsável pela sua  
1062apresentação aos membros da Câmara Técnica de Controle Ambiental, o relator  
1063deverá destacar em seu documento eventuais dissensos dos segmentos e  
1064entidades integrantes do grupo. Isso é de praxe, é um rito normal, nós só  
1065colocamos para ressaltar essa função específica do relato. Item, 6: o GT reunir-se  
1066á em sessão pública e nas discussões e decisões serão dadas preferência a  
1067palavra e posicionamento dos membros designados, demais participantes poderão  
1068se manifestar desde que a palavra seja concedida por um membro formalmente  
1069indicado e conte com a concordância do grupo. Então, isso era um pouco do que  
1070tínhamos...

1071

1072

1073**MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – *O GT Reunir-se-á em sessão*  
1074*pública nas discussões e encaminhamentos, porque o GT não é deliberativo.*

1075

1076

1077**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – É só  
1078para deixar claro o que já está no Regimento Interno, que as decisões que estão  
1079se colocando aí não são terminativas. Encaminhamentos, porque as decisões são  
1080nossas, da Câmara Técnica, a palavra decisão pode dar o entendimento de que o  
1081GT, tomada uma posição, a Câmara Técnica não possa vir a revisitá-la ou tomar  
1082decisão contrária. Então, vamos colocar encaminhamentos, ok? Obrigado. Todas  
1083as apresentações realizadas no âmbito do GT, mesmo as que utilizarem projeções  
1084tipo Power Point serão disponibilizadas no site do Conama tomando-se parte do  
1085processo supracitado. Esse é o critério de transparência que o Conama sempre  
1086adotou, que é uma praxe do Ministério do Meio Ambiente, tudo que for  
1087apresentado, tudo que for discutido, tudo que for de fato usado como documento  
1088base vamos colocar disponível no site do Conama. 8: é de responsabilidade do  
1089coordenador do GT encaminhar à Secretaria-Executiva do Conama no prazo de  
1090até 10 dias da realização de cada reunião, para divulgação à documentação  
1091técnica e científica de suporte das propostas em discussão, bem resumos da  
1092reunião. Isso é mais para poder de fato colocar a liturgia no processo, finalizada a  
1093reunião do GT, 10 dias no máximo, até 10 dias que se faça o relato dessa reunião  
1094encaminhado para a Secretaria-Executiva. Bom, vamos agora à coisa sensível  
1095que o João já colocou como ponto de discussão, que seria a questão do prazo e  
1096cronograma de trabalho. A primeira reunião do GT deve ocorrer na primeira  
1097quinzena de janeiro de 2016, quando então será estabelecido o cronograma de  
1098reuniões e seus horários de funcionamento, o GT terá prazo de 60 dias para



1099encerrar as suas atividades e encaminhar o resultado da Câmara Técnica de  
1100Controle Ambiental. Da data de implementação do GT. É isso? Só um minutinho,  
1101vamos organizar. Há uma proposta, por favor, me campanha, 60 dias a partir da  
1102instalação.

1103

1104

1105**O SR. JOÃO RICARDO GUIMARÃES CAETANO (Anamma Sudeste)** – A minha  
1106observação é primeiro, nós estamos favoráveis aqui que nós trabalhemos muito  
1107rapidamente, mas a ponderação que eu faço é que o prazo de 60 dias, se  
1108pretendemos fazer escutas nas regiões pode ser um prazo muito curto. Só  
1109ponderar aqui, vocês já devem ter avaliado isso, mas para fazer consulta nas 5  
1110regiões do país pode ser que 60 dias.

1111

1112

1113**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Vamos  
1114avaliar. Está em discussão.

1115

1116

1117**O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas)** – Antecipando  
1118aqui o item 5.3 que fala das consultas regionais, porque tem a ver com essa  
1119discussão do prazo, nós temos uma proposta de que sejam realizados seminários  
1120regionais, o que resolveria o problema da falta de recurso do Ministério, já que  
1121seminários regionais possibilitarão que pessoas da própria região participem.  
1122Então, queria concordar com a proposta, com a sugestão da Anamma propor que  
1123o prazo seja ampliado para 90 dias.

1124

1125

1126**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Conversando  
1127com o Eugênio aqui, porque eu ia também fazer a proposta de 90 dias, a sugestão  
1128que eu dou é porque falou 60 dias podendo prorrogar por mais 60, acho melhor  
1129fazer o seguinte, vamos colocar 60 dias e que o GT poderá em reunião de todos  
1130os 5 membros ter uma prorrogação por 30 dias, se conseguir em 60, tudo bem. Se  
1131o GT achar que não vai conseguir em 60 o GT prorroga mais 30. Essa Câmara  
1132Técnica poderia deliberar dando isso, então, você daria tempo para todo mundo.  
1133Porque nós vamos ter várias reuniões, final de ano e início de ano festas, eu não  
1134sei o dia que vai ser instalado o GT também, por isso que eu acho que seria  
1135interessante darmos esse respaldo para o GT que ele possa já automaticamente  
1136prorrogar mais 30 dias.

1137

1138

1139**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – A  
1140experiência que temos de GT, nós participamos de um GT extremamente  
1141polemico do passado, que foi o Código Florestal que tem que ter prazo, essa coisa  
1142de gerar a expectativa de prorrogação já começa a trabalhar na perspectiva de  
1143prorrogação. Eu acho que temos que... Deixa-me terminar minha posição. Eu acho

1144que nós temos que equalizar o ritmo, mas criar essa a perspectiva de prorrogação  
1145no início não me parece bom, mas tudo bem.

1146

1147

1148**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Então, eu volto a  
1149proposta anterior de 90 dias.

1150

1151

1152**A SRª PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – 60 dias nós já estamos  
1153mentindo para nós mesmos, todos nós sabemos que 60 dias não vai dar. A de 90  
1154dias, porque 60... Mesmo assim, gente, estamos falando de...

1155

1156

1157**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA)** – Eu sinceramente acho que nós  
1158temos que fazer um esforço grande nessa matéria porque tem uma questão de  
1159tempo também e que deveríamos manter a proposta de 60 dias, e tentar um  
1160esforço grande em relação. Eu sei que o período não é dos melhores, só que tem  
1161isso, a primeira semana de fevereiro. Eu ofereço 4 dias de reuniões intensas do  
1162grupo de trabalho na Bahia, durante o carnaval. Pronto. Para trabalho, pessoal,  
1163trabalho, não falei para ir para a rua.

1164

1165

1166**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – É porque o meu  
1167medo, vou colocar aqui claramente, é porque se todos representantes derem os  
1168nomes dos seus representantes até dia 21, no dia 22 pode já instalar o GT. Estou  
1169dando o exemplo, então, se vai ser os 60 dias mesmo, então, que fique claro que  
1170só poderá a partir do dia 1º de janeiro fazer.

1171

1172

1173**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – A  
1174primeira reunião deverá ocorrer na primeira quinzena de janeiro, está no tio, na  
1175regra. A primeira reunião é diferente de instalação do GT.

1176

1177

1178**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – É diferente de  
1179instalação de GT.

1180

1181

1182**A SRª. DIONE MACEDO (MME)** – Eu tenho uma proposta, eu acho que nós  
1183poderíamos dar uma olhada no calendário de 2016 e já fazer mais ou menos uma  
1184previsão de reuniões, para você ver quantas reuniões você teria mais ou menos.

1185

1186

1187**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – O GT  
1188vai fazer isso. Acho que isso é uma primeira atribuição do GT.

1189

1190

1191 **A SRª. DIONE MACEDO (MME)** – Só para tentarmos decidir se são 60, 90, 120,  
1192 sei lá.

1193

1194

1195 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** –

1196 Podemos dar uma olhada, está claro que a instalação vai ser na primeira quinzena

1197 de janeiro de 2016, pode ser no dia 15 de 2016. Então, a partir daí

1198 conta o prazo. Até 15.

1199

1200

1201 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas)** – Eugênio, eu

1202 entendo a posição da Abema, da urgência, da pressa porque a Abema já discutiu

1203 ampla e fartamente o tema, porém, nós ainda não, os demais segmentos ainda

1204 não. Então, Abema precisa também agora entender a necessidade que nós temos

1205 de que isso aconteça. Não é só porque a Abema já tem isso bem resolvido que

1206 nós temos. Então, está claro e acho que há concordância que o prazo comece a

1207 contar a partir da instalação em janeiro, da primeira quinzena de janeiro, porém,

1208 mesmo assim esse prazo de 60 dias é insuficiente se formos fazer aquilo que,

1209 aliás, está excelente a proposta do MMA, quero parabenizar vocês pela

1210 sensibilidade de ter colocado a proposta do grupo com essa dinâmica. Então,

1211 agora vamos ser consequentes com essa proposta, com essa sensibilidade.

1212 Então, 90 dias acho o prazo razoável, vamos fazer consulta pública para as

1213 assuntos que houver divergências, vamos fazer seminários regionais, nós vamos

1214 fazer essa discussão com aqodamento, depois desse drama de Minas Gerais o

1215 que a sociedade brasileira espera é isso, eu acho que nós vamos dar uma boa

1216 resposta à sociedade fazendo esse rito de discussões regionais, consultas

1217 públicas e depois apresentar de forma consistente e quem sabe até consensual

1218 essa Resolução.

1219

1220

1221 **MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Eu volto aqui a ter os mesmos

1222 argumentos da Abema, qual é a questão que nós temos aqui e que está em

1223 discussão também, eu acho que o Conama e a Câmara Técnica e o GT não

1224 podem se desvincular de uma realidade política que tem hoje no País. Nós

1225 estamos com 4 Projetos de Lei tramitando na Câmara sobre licenciamento

1226 ambiental, um com urgência urgentíssima, que é o projeto do Senador Romero

1227 Jucar, dois do Delcídio Amaral, e temos mais do Trípoli tramitando na Câmara, e

1228 todos eles... O do Trípoli pelo menos remeto ao Conama e etc. e tal, os outros

1229 não. Então, se o Conama continuar achando que vai ter um tempo indefinido para

1230 discussões, e etc. e tal, nós perdemos o trem da história. O Conama está no

1231 momento agora que tem que se conscientizar dessa urgência relacionada ao

1232 licenciamento ambiental, nós já colocarmos um prazo de 90 dias já induz uma

1233 certa... Entendeu? Uma coisa mais devagar e etc. e tal. O prazo, qual é a

1234 proposta? O prazo de 60 dias, nós vamos tentar trabalhar de forma intensa

1235 durante 60 dias, quando vencer os 60 dias o GT retorna à Câmara Técnica para

1236apresentar o trabalho que foi desenvolvido. E aí então nós verificamos se há  
1237necessidade de prorrogar mais ou não, agora já criar um GT, o GT já dá a ideia de  
1238que a coisa vai ser discutida em grupo de trabalho, a questão de grupo trabalho  
1239tem aquela conotação que é relativamente, está querendo empurrar e etc. e tal, aí  
1240você já põe no GT que são não sei quantos dias prorrogáveis. Então, já fica  
1241aquele sentimento que vai ter o GT de 90 dias e depois prorroga por igual período,  
1242você viu que nós não colocamos inclusive prorrogação. Por que? Porque a  
1243prorrogação, isso tudo está no Regimento, haver a possibilidade prorrogação já  
1244está no próprio Regimento, qual é a ideia? nós trabalhamos em 60 dias, temos o  
1245compromisso aqui, todos os membros da Câmara Técnica de trabalhar sério com  
1246isso, o GT vai ter esse compromisso também, em 60 dias retornamos à Câmara e  
1247relatamos a situação que está, e na Câmara, aqui nessa própria Câmara  
1248decidimos qual é o encaminhamento que vai ser dado a partir de 60 dias, mas não  
1249vamos firmar um compromisso para 90 dias não. É muito tempo até lá.

1250

1251

1252**O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas)** – Da minha parte  
1253eu retiro a proposta de 90 dias, só quero lembrar que 30 ou 20, ou 10, se o  
1254Congresso Nacional aprovar qualquer norma, se sobrepõe à do Conama, então,  
1255mas tudo bem.

1256

1257

1258**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Nós  
1259geramos o fato político e jurídico.

1260

1261

1262**O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas)** – Desde que  
1263façamos seminários regionais.

1264

1265

1266**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Nós  
1267vamos chegar lá no rito.

1268

1269

1270**O SR. JOÃO RICARDO GUIMARÃES CAETANO (Anamma Sudeste)** – Queria  
1271falar exatamente sobre o rito, acho que 60 dias, até pela lógica que o Ministério  
1272está apresentando, acho que nós temos que fechar com eles desde que  
1273garantamos nos 60 dias a realização dos seminários regionais.

1274

1275

1276**O SR. TADÊU SANTOS (Entidades Ambientalistas Da Região Sul - Ong**  
1277**Sócios Da Natureza)** – Eu tinha pedido concordando com o João quando ele  
1278falou da questão de poder prorrogar, se o Regimento Interno permite, aí nós  
1279vamos ter que ter sabedoria e articulação, sabedoria na condução da construção,  
1280e também articulação porque existe um acompanhamento parlamentar do

1281Conama ou do Ministério sabendo o que está acontecendo, da fumaça que está  
1282vindo do Congresso Nacional.

1283

1284

1285**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –** E aí nós  
1286vamos ter que dosar o ritmo.

1287

1288

1289**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA) –** Vou te dizer que não é fumaça não,  
1290viu? É um baita fogo. *(Risos!)*.

1291

1292

1293**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –** Tem  
1294uma história interessante a respeito desse ritmo, viu Tadêu? Dizem que o general  
1295perdeu uma batalha no campo de batalha e o outro general ofereceu a carruagem  
1296para ele sair do campo de batalha, o cocheiro perguntou para o general derrotado:  
1297E aí? Como saio? Saio correndo ou saio devagar? Ele disse: olha, não sai  
1298correndo porque senão vai parecer que estou fugindo com medo, perdi e estou  
1299com medo, não sai devagar porque senão vai parecer que eu estou provocando  
1300os vencedores. Então, arruma um jeito de sair num ritmo que me dê conforto.  
1301Então, você tem razão, eu acho que 60 dias é o momento que deverá haver  
1302recesso do Congresso, temos que aproveitar para operar isso, mas sempre  
1303antenado que está acontecendo lá para termos sabedoria na tomada de decisão.  
1304Ainda sobre o prazo?

1305

1306

1307**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA) –** E depois do que  
1308você disse em relação que a instalação vai ser junto com a data da primeira  
1309reunião. Então, os 60 dias, porque meu medo é que no dia 22 já colocasse e  
1310começasse a ocorrer. Quando você disse que seria na mesma data, então 60 dias  
1311fica a contento.

1312

1313

1314**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –**  
1315Obrigada pela construção do consenso, vamos agora a diretrizes para o grupo de  
1316trabalho e sua coordenação. Aqui são mais, digamos assim, regras gerais de um  
1317acordo de convivência, não tem nada polêmico, espero que consigamos superar  
1318isso rapidamente. Taça de vinho nem pensar, a não ser que seja vinho nacional e  
1319olhe lá. Vamos lá. Os membros do GT deverão atuar de forma a atender o prazo  
1320definido nesse termos de referência propiciando que seja enviado à Câmara  
1321Técnica proposta com o mínimo de pendências possíveis. Isso é natural. A  
1322Câmara Técnica de Controle Ambiental será responsável por finalizar a proposta  
1323proveniente do GT. Regra também já definida anteriormente. O GT poderá realizar  
1324atividades de consultas regionais desde que essenciais à conclusão das  
1325discussões em andamento. Atividades externas programadas não poderão  
1326concorrer com as reuniões agendadas pelo GT.

1327

1328

1329 **SR. TADÊU SANTOS (Entidades Ambientistas Da Região Sul - Ong**  
1330 **Sócios Da Natureza)** – Presidente, esse poderá é que com essa crise aí que nós  
1331 não temos culpa, nós temos que discutir a questão ambiental neste País e esse  
1332 poderá fica meio vago. Então, deverá. Nós estamos discutindo uma coisa de  
1333 extrema importância.

1334

1335

1336 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –**  
1337 **Acatado. Realizará. Acatado. O GT poderá contar com apresentação sobre**  
1338 **experiências de licenciamento ambiental que tenham por finalidade sanar dúvidas**  
1339 **ou finalizar discussões em andamento. Isso é uma praxe já tradicional.**

1340

1341

1342 **SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas) – Só mais uma**  
1343 **proposta de emenda no 3 que é realizará atividades de consultas regionais, pelo**  
1344 **menos uma em cada região, desde que essenciais e tal.**

1345

1346

1347 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) – Pelo**  
1348 **menos uma em cada região. Minha preocupação, Fidelis, é que você pode não ter**  
1349 **uma mobilização, na hora que colocamos isso, realizar atividades regionais, nós**  
1350 **concordamos, e eu acho que é pacífico que nós temos que fazer consultas.**  
1351 **Quando você coloca pelo menos uma em cada região, você pode não ter**  
1352 **demanda da região para acontecer essa reunião, você pode ter demandas de**  
1353 **mais de uma em uma região e pode ter, digamos, que a Região Norte não**  
1354 **demande isso e nós ficamos... Se colocamos que já terá que ter, você**  
1355 **praticamente sinaliza que se não houver demanda tem que ir lá fazer. Eu acho**  
1356 **que está claro regionais, não precisa colocar esse pelo menos um em cada região.**

1357

1358

1359 **SR. ANDFRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema/RJ) – Sobre esse ponto é**  
1360 **absolutamente importante a consulta, nós entendemos e compartilhamos desse**  
1361 **entendimento, mas me parece mais razoável a consulta ter um prazo maior do que**  
1362 **ter várias consultas realizadas em sequência. Então, talvez pela exiguidade e o**  
1363 **prazo que nós temos, talvez não fosse mais acertado definir que será realizada**  
1364 **uma consulta por região já definida, porque se colocamos pelo menos uma pode**  
1365 **dar sequência no entendimento. Mas dizer que é uma por região.**

1366

1367

1368 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) – Eu**  
1369 **posso estar com a percepção equivocada, eu acho que podemos ter demandas de**  
1370 **mais de uma reunião em algumas regiões, e pode haver regiões que não**  
1371 **demande, se sintam satisfeitas no processo de consulta pela Internet, no processo**  
1372 **de discussão de representação do grupo de trabalho, e não queria, me permite,**

1373 André e Eugênio, amarrar essa obrigatoriedade de fazer uma por região, porque  
1374 você ter a possibilidade das regiões serem satisfeitas pelo próprio processo de  
1375 participação do grupo de trabalho, o processo de consulta na Internet. Vamos  
1376 deixar do jeito que está que geramos menos amarrações para a Câmara.

1377

1378

1379 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA)** – Depois o seguinte, essas são  
1380 consultas públicas que serão coordenadas pelo Conama, agora, se algum setor  
1381 quiser fazer alguma consulta ele vai fazer, nada impede que setorialmente se faça,  
1382 nós da Abema vamos manter reuniões. É isso. Eu acho que o que nós temos que  
1383 garantir, eu acho que está bem assim, concordo.

1384

1385

1386 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Vamos  
1387 continuar assim. Gente, também nós estamos aprovando regras de convivência  
1388 que eventualmente se tivermos que revisitá-las, espero que não, mas é possível. 4  
1389 – O GT poderá contar com a apreciação sobre apresentação sobre experiência de  
1390 licenciamento ambiental que tenha por finalidade sanar dúvidas ou finalizar  
1391 discussões em andamento. Isso é rito tradicionalíssimo no Conama. Poderão ser  
1392 levados em consideração, no couber, informações e sugestões oriundas de  
1393 estudos realizados por instituições técnico-científicas desde que visem concluir  
1394 processos de discussão no GT. Também isso é coco de cocada de coqueiro da  
1395 Bahia. O GT procederá... O GT poderá... O GT procederá proposição e alterações  
1396 nas Resoluções Conama 01/86 e 237/97, tendo por objetivo exclusivo adequar as  
1397 Resoluções ao novo regramento jurídico vigente, a partir da publicação da LC 140  
1398 e sua regulamentação.

1399

1400

1401 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Eu acho que  
1402 poderia ser proposição de alterações ou revogação, porque se o GT achar que  
1403 toda a Resolução pode ser que seja, porque você pode pegar toda a Resolução e  
1404 incluir em um documento só, e aí quando você incluir tudo em um documento só  
1405 você pode revogar as outras duas.

1406

1407

1408 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Isso  
1409 está implícito, nós não queremos, o gênero da fala dele inicial colocou inclusive a  
1410 preocupação da judicialização se tratar de revogação em cima de jurisprudências  
1411 já formadas.

1412

1413

1414 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Exatamente em  
1415 cima da fala dele que eu estou dizendo isso.

1416

1417

1418 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Eu acho  
1419 que pelo contrário, nós temos que deixar alteração, e uma alteração pode sinalizar  
1420 para revogação. Pode alterar tudo. Agora, se já colocamos na regra de  
1421 convivência do GT e já sinaliza, aguça, agudiza essa negociação possível  
1422 revogação, não estamos ajudando em nada na regra de convivência. Eu acho que  
1423 alterações é suficientemente, para mim está claro, é amplo e que inclui inclusive a  
1424 possível revogação de alguns artigos ou a totalidade delas, o que deixaria muito  
1425 triste porque meu nome sai da história já que sou signatário da 237.

1426

1427

1428 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – João, eu  
1429 acho que é essa a questão, se será ou não revogação, deixa para isso uma  
1430 avaliação jurídica a ser feita pela CTAJ, porque realmente tem essa preocupação  
1431 levantada pelo Eugênio, se cai toda jurisprudência que existe até hoje ou não.

1432

1433

1434 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Não foi nesse  
1435 pensamento que eu tinha dito, eu coloquei o seguinte, porque podemos fazer uma  
1436 Resolução nova que você vai trazer todas aquelas questões da 01 e da 237 que  
1437 não pode revogar para uma só, em vez de você deixar 01 com dois artigos e a 237  
1438 com três, você vai trazer tudo delas para cá, revoga aquelas duas e você vai fazer  
1439 uma Resolução só.

1440

1441

1442 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Não  
1443 antecipa situações, João, isso é elucubrações, não antecipa problema.

1444

1445

1446 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA)** – João, isso não é no jurídico que  
1447 resolve, vamos nos ater ao conteúdo agora, aí é forma, é mais forma o que você  
1448 está querendo trabalhar aqui.

1449

1450

1451 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Hoje ele  
1452 está com uma implicância velada, e agora explícita com a condução da Câmara  
1453 Técnica. Patrícia está enquadrando agora. 8. Só tem mais 22 itens para ler, nós  
1454 estamos no oitavo ainda.

1455

1456

1457 **O SR. TADÊU SANTOS (Entidades Ambientalistas Da Região Sul - Ong  
1458 Sócios Da Natureza)** – Presidente, a proposta do João causa impacto, eu  
1459 concordo, as duas criam e causam impacto na mídia e pode até assustar o  
1460 Congresso e eles pararem.

1461

1462



1463 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Pelo  
1464 contrário, Tadêu, isso vai colocar o holofote. O que esse povo do Conama está  
1465 querendo fazer algo que estamos fazendo? Gente, está implícito lá, as alterações  
1466 incluem isso. A previsão, a revisão concentrará os esforços nos itens que não  
1467 foram recepcionados com a edição da LC 140. Isso é argumentação, bem como a  
1468 necessidade de aprimoramento, devendo as propostas terem como padrão e a  
1469 finalidade orientar, esclarecer e eliminar sobreposições, e lacunas que possam dar  
1470 margem a interpretações contraditórias e paralisantes no procedimento de  
1471 licenciamento ambiental. Isso é mais uma regra geral também. O 8º: o GT deverá  
1472 compor...

1473

1474

1475 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA)** – O 7, eu sou favorável a tirar esse 7,  
1476 ele não diz nada.

1477

1478

1479 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Porque  
1480 eu li rapidamente?

1481

1482

1483 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA)** – Parece assembleia geral da ONU.

1484

1485

1486 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – pela  
1487 exclusão. Eu li rápido porque eu acho assim, isso é um negócio de ordem tão  
1488 paralisante. Está bom, supressão. O GT identificar compor partido e identificar na  
1489 proposta de Resolução apresentada pela Abema os pontos que fazem referência  
1490 direta às alterações da Conama 01 e 237, identificar pontos que precisam ser  
1491 regulamentados e pontos que necessitam ser apreciados ou esclarecidos. Esses  
1492 pontos serão ponderados e discutidos e só após a sua conclusão deverão ser  
1493 apreciadas novas proposições, ou seja, que não conste das Resoluções do objeto  
1494 do GT. Está confuso. Eugênio, vamos pela supressão? Podemos tirar? Número  
1495 09. O Ministério do Meio Ambiente dará o suporte técnico necessário ao GT,  
1496 especialmente, exclui o 7 e o 8, será número 07 agora. O MMA dará o suporte  
1497 técnico necessário ao GT especialmente no que se refere às atividades de  
1498 articulação, como os demais órgão e entidades competentes, e de sistematização  
1499 das informações necessárias. As reuniões do GT deverão ser realizadas  
1500 prioritariamente em Brasília-DF.

1501

1502

1503 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA)** – Quinta-feira a quarta da semana  
1504 seguinte. O local vai ser uma sala do segundo piso do 'Abemus Copos'.

1505

1506

1507 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Desse  
1508 jeito você está pedindo para voltar a ser o coordenador do GT. Bom gente, era

1509isso... Vamos esperar as indicações do dia 21, até dia 21. Querem deixar a  
1510sugestão que seja em janeiro?

1511

1512

1513**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA)** – Nós temos um período de 1 a 15, a  
1514minha proposta é que nos reunamos dia 12 ou 13 de janeiro. Dia 12 é uma terça.

1515

1516

1517**A SR<sup>a</sup>. ELIZA ROMANO DEZOLT (CNI)** – Sei que a primeira semana, eu  
1518preferiria deixar para o mais tardar na primeira quinzena porque dá tempo, para  
1519mim faz diferente e para a CNI porque temos um recesso grande, para nós  
1520podemos fazer a coordenação de com quem nós vamos representar. Nós  
1521também fazemos o nosso dever de casa, a minha sugestão era nessa mesma  
1522semana e deixar para os últimos dias. Quinta e sexta. Isso que eu queria sugerir.

1523

1524

1525**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Não  
1526vejo problema, não vão ser dois dias a mais que vemos... Então, por favor, queria  
1527que registrasse na ata, na finalização do nosso trabalho, já fica... 14 e 15. Só fazer  
1528uma pergunta, mas vou fora do microfone.

1529

1530

1531(*Intervenção fora do microfone.*)

1532

1533

1534**O SR. TADÊU SANTOS (Entidades Ambientistas Da Região Sul - Ong**  
1535**Sócios Da Natureza)** – É do GT e a instalação é da reunião.

1536

1537

1538(*Intervenção fora do microfone.*)

1539

1540

1541**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Bom  
1542gente, há alguma consideração geral ou alguma informação, se não, eu vou  
1543agradecer a presença de todos vocês, o compromisso com a celeridade foi  
1544atingido, todos sabem o desafio que estamos enfrentando, isso é um primeiro  
1545passo realmente importante. Não concedo a palavra, fala fora do microfone, o que  
1546você quer falar?

1547

1548

1549**O SR. ELDER NAVES** – Elder Naves, ex Conama, e mais ex um monte de coisas  
1550aí. Deusdará, só queria lembrar uma coisa, há 18 anos atrás você presidiu o  
1551Conama e você assinou a 237, e você participou muito, e há quase 30 anos atrás  
1552nós fizemos a 01/86. Então, essas duas Resoluções tiveram um papel enorme no  
1553aprimoramento e na melhoria do licenciamento ambiental. Eu posso falar isso  
1554porque trabalho profissionalmente desde 85 com licenciamento ambiental. Então,

1555queria cumprimentar a Abema por essa proposta, que eu acho que ela vem a  
1556inovar. E só lembrando, muitas pessoas que estão aqui não conhecem o papel e o  
1557desempenho que teve o Presidente aqui da Câmara Técnica na aprovação da  
1558237. Ela durou um ano e meio para ser elaborada como um todo, a 237, ela foi  
1559muito discutida e foi um grande avanço. Espero que essa proposta de Abema  
1560também tenha a mesma sorte que teve a Resolução. É isso que queria falar.

1561

1562

1563**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –**

1564Obrigado, gente, feliz Natal a todos vocês.

1565

1566

1567**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema/BA) –** Feliz Natal, muita força ano que vem

1568no primeiro semestre.

1569